



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 13, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE MAIO DE 2016
3. REQ. N. 410/16, DATADO DE 17/03/2016 – PC N.º 93/16, DATADO DE 17/03/2016 – CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO
4. REQ. N. 652/16, DATADO DE 02/05/2016 – PC N.º 73/16, DATADO DE 04/03/2016 – MINORINA ALVES GUERRA, EDGAR ALVES COELHO E FÁBIO ALVES COELHO
5. REQ. N. 1736/15, DATADO DE 20/11/2015 – PC N.º 27/15, DATADO DE 27/01/2015 – MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES E SUFESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA.
6. REQ. N. 724/16, DATADO DE 06/05/2016 – PC N.º 282/15, DATADO DE 14/08/2015 – MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA

7. REQ. N. 787/16, DATADO DE 13/05/2016 – PC N.º 305/14, DATADO DE 04/09/2014 – FACOMPRIL - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA.
8. REQ. N. 588/16, DATADO DE 14/04/2016 – PC N.º 322/14, DATADO DE 26/09/2014 – FLÁVIA CATARINA AMORIM DA COSTA
9. REQ. N. 334/16, DATADO DE 08/03/2016 – PC N.º 214/15, DATADO DE 22/06/2015 – BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.
10. REQ. N. 783/16, DATADO DE 13/05/2016 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ÂNGELA RODNITCHI
11. REQ. N. 768/16, DATADO DE 12/05/2016 – PC N.º 234/00, DATADO DE 06/03/2000 – EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO
12. REQ. N. 550/16, DATADO DE 11/04/2016 – PC N.º 383/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA
13. REQ. N. 393/16, DATADO DE 15/03/2016 – PC N.º 335/98, DATADO DE 19/03/1998 – ANTÓNIO TEODÓSIO CRESPO PEDROSA E OUTROS
14. E/3326/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÃS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
15. E/4033/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÃS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
16. REQ. N. 646/16, DATADO DE 21/04/2016 – PC N.º 432/15, DATADO DE 18/11/2015 – MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES
17. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
18. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
19. 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2016.
20. MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

21. PROTOCOLO DE PARCERIA PARA O FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA JUVENIL DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2016/A/207 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
22. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
23. LOCALIZAÇÃO DO NOVO MERCADO MUNICIPAL - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
24. RESUMO DE TESOURARIA
25. REQ. N. 733/16, DATADO DE 09/05/2016 – PC N.º 167/16, DATADO DE 09/05/2016 – INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### 1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 – **Sr. Ricardo Miguel Barata Simões**, residente na Rua Algar d'Era, nº 10 - Maxieira, que se inscreveu porque ainda não obteve resposta à E/9451/2015, onde solicitava autorização para efetuar a venda de faturas na Praça Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel.

**Apesar de inscrito, o munícipe não compareceu.**

2 – **Sr. Cristiano João Rodrigues Chanoca**, na qualidade de representante do Atlético Clube Marinhense, residente na Estrada Principal, nº 5-A - Garcia, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre o relvado sintético do Atlético Clube Marinhense.

**Apesar de inscrito, o munícipe não compareceu.**

**3 – Sr. Júlio Franco Rosa**, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre os acessos ao mercado municipal, pelo lado sul. Quando lhe foi dada a palavra, o Sr. Júlio disse que o Sr. Presidente não dá credibilidade aos alertas dos munícipes, mas que pela sua parte vai continuar a dar alertas.

O acesso ao mercado no lado sul está num estado de conservação lastimável, com buracos, que se enchem de água quando chove. A Câmara é a entidade responsável e não tem sabido definir as prioridades.

O mercado parece um mercado da época medieval, com tendas que eram de caráter provisório, devido à denúncia que na altura foi feita à ASAE, mas esta situação persiste há 8 anos.

Considera que já se está numa fase que define como eleitoralista, conforme consta das páginas dos jornais.

Chamou também a atenção para os acessos ao IMAGRAN.

Questionou o que considera esbanjamento de dinheiros públicos, como é o caso do cubo de vidro e o asfaltamento de quilómetros de estrada.

Terminou deixando um alerta aos Vereadores para que façam cumprir o Orçamento.

**4 – Sr. Alano Martinho Duarte**, residente na Av. D. Dinis, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre a alteração dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Referiu que representa um grupo de 50 amigos, empresários de restauração e bares.

Sobre os limites de horários de funcionamento dos bares e similares, disse que não pretendem criar constrangimentos mas entendem que é o momento importante para falar dos seus problemas e tentar sensibilizar a Câmara para os seus interesses e negócios. Defendem que se mantenham os *timings* atuais, uma vez que já fizeram os seus investimentos para o verão. Não entendem o fecho de dois bares às 24:00 horas quando só um deles é que tem reclamações.

Defendem que se prolongue o período em que estão abertos em termos excecionais.

Não contestam a existência do regulamento mas sim que ele lhes retire 2 horas diárias.

Pensam que não se esgotou o tempo de debate, e referiu que todos os empresários de restauração têm tido reuniões na ACIMG.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- Sr. Júlio – expressou as suas opiniões, que respeita.  
Tomou nota sobre a questão dos acessos ao mercado e vai tomar as suas diligências.
- Sr. Alano – o regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais consta da ordem de trabalhos da reunião de hoje, devendo por isso aguardar pelo que for decidido.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Na reunião anterior fez alguns pedidos, sobre os quais vai continuar a pedir as respostas:

- Construção em S. Pedro – foi fiscalizada e cumpre o projeto?
- Resultados práticos do PEM – pretende resposta escrita, que ainda não recebeu.
- Informação sobre o Portugal 2020 – sem resposta.
- Informação sobre as festas da cidade – a Sr.<sup>a</sup> Vereadora ficou de responder mas ainda não tem resposta às questões: quem faz, quanto custa, houve concurso ou foi administração direta, em termos orçamentais quanto se vai gastar na totalidade.
- Requerimento sobre o andamento dos projetos – já falou com o Sr. Presidente mas também ainda não obteve resposta.

Reiterou os pedidos feitos e agradece resposta aos mesmos.

⇒ Questões novas:

- Ao Sr. Vereador Carlos Logrado – há uns tempos colocou a sua declaração de interesses no *site* da Câmara, mas há dois Vereadores que entenderam não o fazer. Estão no seu direito, a lei confere-lhe esse direito. Entretanto surgiu algum ruído em sentido contrário, pelo que agradece que o Sr. Vereador diga se cumpriu e mantém o que disse anteriormente.
- Pediu ao Sr. Presidente que lhe faculte ainda hoje o projeto de candidatura aos fundos comunitários para o mercado municipal, porque hoje é assunto de primeira página no Jornal da Marinha Grande e porque parece que a candidatura já define um lugar para o mercado, quando hoje há um ponto na agenda para abrir uma discussão pública para a localização do mercado.
- Há atrasos na entrega da fatura da água. Ligou para os serviços e não lhe atenderam o telefone, a única pessoa que o atendeu foi o Presidente da Câmara. Há necessidade de mudança de métodos e procedimentos, e isso é que interessa no PEM e não o folclore a que se assiste.
- Festas da cidade – ainda não se sabe qual é o programa das festas, só se conhecem 3 artistas e não se sabe mais nada. A divulgação tem sido fraca, só ontem é que foi colocado o *outdoor*, e parece-lhe que para fora do concelho não foi feita, quando este é o grande objetivo: atrair cada vez mais pessoas de fora, com vista à criação de mais-valias. Não tem dúvidas que as festas irão ser um sucesso, mas era desejável que fosse feito um pouco mais.

- Regulamento dos horários dos estabelecimentos – parece-lhe que esta discussão deve ser adiada para mais tarde. Se não for assim não estarão disponíveis para votar favoravelmente.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Leu o seguinte texto:

***“Processo do Adjunto do Presidente***

*Na qualidade de vereador eleito, tomei conhecimento que o Adjunto de V. Ex.<sup>a</sup>, Dr. Nelson Araújo, terá escrito na sua página de Facebook (12/05/2016, às 20h50), a propósito do requerimento que apresentei na reunião do órgão executivo do passado dia 12 de maio (leia-se: “quando um vereador solicita, formalmente, que sejam justificados todos os procedimentos administrativos e as despesas feitas com uma representação do Adjunto do Presidente num evento para o qual foi designado pelo próprio Presidente”), o seguinte conteúdo: “Posso dizer-lhe que um mês depois ainda não fui reembolsado de nenhuma despesa (e não é seguramente por serem 15.000 euros, como os que alguém ainda hoje deve à Câmara... mas esses são amigos do dito Vereador, há que defender)!!”.*

*Esta afirmação fez levantar sobre mim a suspeita de favorecimento de pessoas ou entidades. Entendi que a suspeita que foi colocada sobre mim é grave e devia merecer a atenção do Sr. Presidente no sentido de reencaminhar o assunto para a Divisão Jurídica e de Comunicação (DJC) do Município a fim de:*

- a) clarificação da circunstância em apreço, isto é, adopção das medidas consideradas ajustadas à investigação da circunstância levantada pelo adjunto;*
- b) serem tomadas as medidas adequadas à salvaguarda do meu bom-nome e do respeito institucional que o cargo que legitimamente exerço no executivo municipal exigem.*

*A circunstância motivou uma comunicação que remeti ao Sr. Presidente. Na mesma solicitei o procedimento referido e, tendo em consideração que a autoria do que foi escrito é do elemento do gabinete de apoio do Sr. Presidente e se refere a uma matéria enquadrada no contexto do exercício profissional desse trabalhador, o conteúdo é atentatório do meu bom nome, pedi igualmente esclarecimento quanto à posição que Sr. Presidente iria tomar perante a extrema gravidade da afirmação em causa. Referi ainda que não restava alternativa ao Sr. Presidente que não fosse a de, no prazo máximo de 48h, entregar às autoridades competentes as provas que consubstanciam a suspeita levantada por membro designado por ele para o Gabinete de apoio à Presidência.*

*Como é possível que, no exercício das minhas funções, depois de apresentar um requerimento no exercício legítimo das mesmas, ser acusado na praça pública por um adjunto do Sr. Presidente, com uma acusação desta natureza?*

*Como é evidente esta afirmação indicia claramente que o vereador Aurélio Ferreira, aquele que entregou o referido requerimento, “defende na câmara amigos” e vai mais longe ... refere-se a “um montante de 15.000,00 €”.*

*Ainda recentemente o Sr. Presidente, por um deputado municipal ter afirmado que haveria corrupção na câmara o obrigou a retractar-se e afirmou aqui, que em questões de honra não hesita e portanto levantaria os procedimentos adequados. Como é possível que nesta circunstância nada tenha exigido ao referido Adjunto... ele afirma o que entende e nada acontece....*

*Tendo em conta a informação privilegiada que o seu adjunto tem por pertencer ao gabinete de apoio ao presidente, esta afirmação, demonstra conhecimento sobre factos que nenhum dos membros do executivo sem pelouros sabe e muito menos os munícipes. Relembro que não estamos a falar dum qualquer cidadão ou dum funcionário da câmara, mas alguém que o Sr. Presidente escolheu para o coadjuvar, da sua confiança política, e que tem acesso aos documentos e informações dentro do seu gabinete.*

*Como o Sr. Presidente bem sabe, no n.º 5, do Art.º 43.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aos membros dos gabinetes de apoio, incluindo o Adjunto, são aplicáveis as prerrogativas sobre incompatibilidades, impedimentos, deveres e garantias.*

*Para além disso o n.º 2, do Art.º 9º, do Decreto-lei n.º 11/2012, sobre os deveres dos membros dos gabinetes é claríssimo: “Os membros dos gabinetes estão sujeitos aos deveres de diligência e sigilo sobre todos os assuntos que lhes sejam confiados ou de que tenham conhecimento por causa do exercício das suas funções, bem como aos deveres gerais decorrentes dos respectivos estatutos de origem.”*

*Ora Sr. Presidente, o que fez o seu Adjunto foi violar esta regra básica de sigilo profissional e, numa falta de ética gritante, no âmbito do acesso que o Sr. Presidente lhe concedeu, veio proferir uma afirmação infame tendo por base o acesso a informações que o cidadão comum não tem.*

*Se fosse verdade que o Vereador Aurélio Ferreira, ou qualquer outro colega do executivo, defendera amigos para não pagarem 15.000€, estaríamos perante um processo-crime que exigiria uma decisão consentânea com a circunstância.*

*E sobre isto o Sr. Presidente respondeu-me, e eu agradeço, clarificando a sua posição, referindo o seguinte: “ 1.Enquanto Presidente da Câmara, mas também na minha qualidade anterior de Vice-Presidente, não tenho, nem tive qualquer suspeição acerca da sua conduta, designadamente no que concerne à sua isenção e imparcialidade na*



*discussão e votação dos assuntos submetidos a apreciação e deliberação da Câmara Municipal. 2.As posições do Presidente da Câmara são adoptadas por mim ou pelo meu Gabinete de Apoio, neste último caso, com menção expressa a essa situação. Quaisquer outras posições ou opiniões não são, nem podem ser imputáveis ao Presidente da Câmara, ao seu Gabinete ou ao Município, que por elas não podem de todo responder. 3.Não tenho conhecimento, directo ou indirecto, de que o Sr.º Vereador, no exercício das suas funções de membro da Câmara Municipal, tenha cometido qualquer ilícito que determine a intervenção das autoridades judiciais competentes, pelo que não estou habilitado a efectuar qualquer participação nesse âmbito como me requer. Creio que os esclarecimentos antecedentes clarificam a situação e afastam qualquer dúvida sobre a posição do Presidente da Câmara, salvaguardando a imagem e o bom nome de todos os autarcas que integram os órgãos municipais, incluindo o Sr.º Vereador Aurélio Ferreira”.*

*Pois bem, no caso, estes esclarecimentos não clarificaram publicamente a situação. Por isso voltei a solicitar-lhe que, atendendo às circunstâncias fosse elaborado um comunicado público através do qual se dê conta da posição assumida pelo Sr. Presidente, desmentindo categoricamente a afirmação proferida pelo referido Adjunto a qual levanta a suspeita de que “no exercício das minhas funções de vereador, eu teria feito algo que favorecesse amigos meus no valor de 15000 euros”. Referi-lhe ainda que só uma comunicação pública, no mínimo, com o recurso à página oficial do Município, sanará os efeitos provocados na minha imagem e no meu bom-nome.*

*Pela última resposta percebi que considera a sua posição clarificada e que este abordar um assunto por resolver lhe “parece inútil”.*

*Caro Presidente, caros colegas vereadores, como sei que isto não é verdade e tenho a consciência tranquila, esta afirmação do Adjunto não passa duma suspeição caluniosa, que tem como objectivo atingir a minha honra. Esta acusação falsa fere não apenas a minha honra mas também a minha reputação, o meu bom-nome.*

*Sr. Presidente sabemos que o grupo a que pertence o seu Adjunto entende que quem se “meter convosco leva” e vos permite “malhar” em quem quiserem. Não aceitam quem pensa diferente e muito menos quem os confronta de forma factual...a esses oferecem bofetadas. No entanto, neste último episódio, a oferta das bofetadas, saiu caro a quem as proferiu, e o líder indicou a porta de saída.*

*Pois essa não é uma conduta com a qual me identifique. Apesar da gravidade da situação, porque entendi que era uma questão entre um membro do gabinete de apoio ao presidente e um membro do executivo, demonstrando o meu bom senso, e não o “mau carácter” que um correligionário do Sr. Presidente afirmou, tentei resolver o assunto em privado. Inclusive, pedi-lhe que “adoptasse medidas ajustadas à investigação da circunstância levantada pelo adjunto, nomeadamente a entrega às autoridades competentes das provas ou que tomasse as medidas adequadas à*

*salvaguarda do meu bom-nome”, numa total abertura para um inteiro esclarecimento destas acusações.*

*No entanto, não posso aceitar que se tente desresponsabilizar de uma afirmação do seu Adjunto, elemento da sua inteira confiança política e que integra o gabinete da presidência.*

*Seria o mesmo que quando um trabalhador duma empresa comete uma asneira, o empresário assumisse que não tem nada a ver com o assunto, a responsabilidade é apenas do colaborador.*

*Quem lidera, quem chefia, quem preside, é responsável pelas acções dos dirigentes, colaboradores e dos membros que designa para as estruturas de apoio à sua actividade. Na tropa quando se dão os galões aos oficiais diz-se-lhes, “ou usam-nos, ou tiram-lhos”.*

*Sr. Presidente como é possível que o senhor diga que as posições do seu Adjunto, mesmo que proferidas no âmbito dos assuntos do executivo, com o conhecimento do interior do seu gabinete de apoio, não são imputáveis ao Presidente? Em última instância são, o senhor é o responsável máximo. Se a difamação proferida pelo seu Adjunto é contrária à posição que o Sr. Presidente tem, então considero que esta situação materializa uma desautorização clara do seu Adjunto.*

*No caso concreto fui vítima de uma calúnia manifestada através de afirmações graves, escritas sobre a minha pessoa, prestada numa rede social a propósito de um assunto profissional, com um impacto público. Isto são factos.*

*Atento:*

- a) À gravidade das afirmações públicas efectuadas pelo seu Adjunto;*
- b) Ao conteúdo da resposta do Sr. Presidente;*
- c) Às responsabilidades que detém no exercício das suas funções como Presidente, designadamente as que recaem sobre os membros que designa da sua confiança política;*
- d) Ao facto de ser a pessoa que representa o Município em juízo e fora dele, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,*

*Solicito que, aqui e agora, em presença de todo o executivo, o Sr. Presidente dê conta da sua posição, que a meu ver terá ser uma destas duas:*

- 1. Confirme a afirmação do seu Adjunto de que “no exercício das minhas funções de vereador, eu teria feito algo que favorecesse amigos meus no valor de 15000 euros”, e consequentemente tome as devidas providências;*

2. *Desminta categoricamente a afirmação proferida pelo referido Adjunto, a qual levanta a suspeita sobre o vereador Aurélio Ferreira, e do mesmo modo tome as decisões acertadas, assumindo as competências que lhe foram incumbidas no exercício das funções que desempenha.*

*Para além de todos os membros do executivo ficarmos a saber a posição do Sr. Presidente, entendo que só uma comunicação pública, no mínimo, com o recurso à página oficial do Município, um registo na acta dando-se nota pública do mesmo, ou com recurso à página oficial da rede social onde tal foi proferido, sanará os efeitos provocados na minha imagem e no meu bom-nome.*

*Marinha Grande, 25 de Maio de 2016*

*O Vereador  
Aurélio Ferreira”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Disse que não tinha conhecimento de mais um escrito do Sr. Adjunto, porque não perde tempo a lê-los, e a ser verdade aquilo que ouviu considera de extrema gravidade. Já em tempos foi acusada de fazer despesas pessoais, também pediu esclarecimentos ao Presidente da Câmara, que lhe deu uma resposta parecida, porque vem sempre apagar os fogos incendiados pelo seu Adjunto. Na senda disso pediu ao Sr. Presidente uma lista das despesas que o seu Adjunto fez e faz no exercício das suas funções, nomeadamente a ida a La Granja. Até hoje não teve resposta.
- ⇒ Cães – passados 15 dias pretende saber se há desenvolvimentos, ou se vamos continuar a ver os turistas a correr à frente dos cães. S. Pedro de Moel não precisa deste problema.
- ⇒ Custo da publicidade no Jornal da Marinha Grande da semana passada – como não havia notícia é publicidade, pelo que pretende saber quanto custa ao Município. Já tinha pedido na última reunião mas ainda não obteve resposta.
- ⇒ Festas da cidade – qual é o programa, para além dos 3 artistas?
- ⇒ Pediu resposta aos requerimentos feitos há 4 meses.
- ⇒ Comerciantes – subscreve o que disse o Sr. Vereador Vítor Pereira. Entende que se deve adiar esta discussão, que tem que ser feita com os interessados, para se encontrar um ponto de equilíbrio. Se assim não for não estão disponíveis para votar favoravelmente.

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ A qualquer terra aonde vai gosta de visitar o mercado, pelo que assina por baixo tudo aquilo que o Sr. Júlio Rosa disse.
- ⇒ Comerciantes – tem que se ter sempre em análise os dois conflitos de interesses (comerciantes e moradores), para se chegar a um consenso. Também partilha da opinião de que se deve adiar.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Vereador Aurélio – tem que se ter sempre presente o princípio da autoridade e responsabilidade. O Presidente delega a autoridade mas nunca consegue fugir da responsabilidade. Quem invoca tem que provar, tal como aconteceu com a situação do PSD, com a invocação da existência de corrupção. O Adjunto tem a autoridade que tem, dada pelo Presidente da Câmara, pelo que tem de dizer quem é que o Vereador Aurélio favorecia. Assina aquilo que o Sr. Vereador Aurélio disse e também quer saber quem são essas pessoas e qual o montante, porque isso é corrupção pura. Invocar é fácil, mas tem que se provar.
- ⇒ Sinais em S. Pedro – fala, e volta a falar, mas continua tudo na mesma e os municípios continuam a chamar-lhe a atenção, assim como para os sinais tapados junto à obra da Casa Afonso Lopes Vieira.
- ⇒ Construção da piscina – não a colocou no seu programa eleitoral porque sabia que não havia dinheiro, e quem o disse mentiu à população. Mas o Sr. Vereador Carlos Logrado fez-lhe umas contas milagrosas e disse-lhe que era possível construir a piscina, pelo que pretende saber como, agora que ele está no executivo.
- ⇒ Dia da criança – sempre disse que é importante comemorá-lo, pelo que elogia a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, porque sabe que vai haver atividades.
- ⇒ À semelhança do que disse na altura do Mundial de Futebol, sugeriu que agora, durante o Europeu, seja colocado um ecrã na praça, para trazer pessoas ao centro.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes, agradeceu a sua participação e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Declaração de interesses – está no Tribunal Constitucional, e quem precisar que peça e que se cumpra a lei. Já fez considerações sobre o interesse destas declarações, que repete.
- ⇒ Sr. Júlio Rosa – o sentimento de descontentamento é transversal a todos os marinhenses. Ele próprio também está muito descontente, e por isso está a dar o seu contributo. A Câmara padece de problemas brutais para resolver, e não é apenas com a mudança das equipas governativas. A estrutura está de tal forma montada que é impossível fazer a mudança. Ou se pega no assunto a sério e se altera o procedimento ou então isto é uma máquina devoradora de boas-vontades. Temos uma organização obsoleta, tal como outras que existem, embora só nos interesse a nossa.

Quando aprovou o Orçamento propôs 3 soluções para mudar esta situação:

- O Programa PEM;
- O Programa de Modernização e Simplificação, em curso neste momento;
- Programa da Competitividade e Inovação, que será apresentado brevemente.

Há um grande fosso entre a nossa organização e outras organizações mais vanguardistas.

- ⇒ Festas da cidade, embora prefira chamar-lhe festas do concelho – são importantes, o modelo atual não é o seu, sempre o disse, porque são festas que não deixam grande resultado para o concelho. São bem-vindas, mas de futuro o modelo tem que ser diferente.
- ⇒ Piscina – respondeu ao Sr. Vereador António Santos, referindo que se se quiser, e a andar a toda a velocidade neste ano e meio, há condições para fazer o mercado, a piscina e regenerar o centro tradicional. Têm os meios, mas têm que ser rigorosos nos dinheiros que se gastam e rigorosíssimos na definição de prioridades. Há dinheiro, embora seja necessário fazer negociações, até com o Governo. Pela sua parte tudo fará para que se leve a fundo, e até agora tudo indica que o executivo está empenhado nisto. Esta é a sua opinião.
- ⇒ Horários dos estabelecimentos – o Sr. Presidente pediu-lhe para estar na reunião com a ACIMG, esteve e aí disse que o executivo está disponível para acolher todos os pedidos da Associação, com exceção de ter que se cumprir a lei nacional. Hoje não há condições para aplicar a lei nacional, mas fez propostas em concreto para que a médio prazo não seja necessário haver este regulamento, aplicando-se a lei nacional. No início dessa reunião havia 6 grupos de estabelecimentos mas conseguiu-se passar para 3 grupos. Hoje tem uma proposta para fazer, no sentido de se fundirem em 2 grupos. Deve-se caminhar no sentido da modernização tecnológica e hoje irá fazer algumas propostas com este objetivo.

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte às questões colocadas:**

- ⇒ Festas da cidade – já disse o que se vai fazer nos dias 3, 4 e 5 de junho, mas vai repetir porque é natural que os Srs. Vereadores não se lembrem.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** protestou, dizendo que na última reunião a Sr.ª Vereadora não informou nada.

- Dia 3 – música ambiente, às 19:00 horas abertura da zona da gastronomia, com a atuação dos Tóccandor, às 20:00 horas Jazz Band e às 21:00 horas Cuca Roseta, seguido de zumba at night.
- Dia 4 – as atividades começam com um espaço infantil, das 9 às 19:00 horas, com o torneio inter-escolas e com as comemorações do Dia da Criança.

Às 10:00 horas abre a zona da gastronomia, e atuarão a Orquestra da Marinha Grande, o Rancho de Picassinos, um grupo de animação de rua, seguindo-se a atuação de um grupo musical e depois Richie Campbell.

- Dia 5 – continuam as atividades de animação e espaço infantil. Às 9 horas há um passeio pedestre. Há atividades de catequese organizadas pela Igreja da Marinha Grande, com eucaristia às 11:00 horas. Atuará a Orquestra da Amieirinha, beatbox e depois os Amor Electro.

Nos dias 3 e 4 também há atividade desportiva, com a realização de um torneio. No dia 5 mantém-se este torneio e actividades de pais e filhos.

- Patrocínios – este ano há mais um patrocínio, de uma empresa de automóveis.
- Apoios – entidades locais e regionais.
- Parceiros – RCM e Jornal da Marinha Grande.
- Transportes da TUMG – na zona do Estádio Municipal e no Parque Municipal de Exposições, onde há grandes zonas de estacionamento.
- Criativarte – mantêm-se os espaços gratuitos, a convite da Câmara.

As associações que não estão nos stands com cozinha ficam também instaladas, gratuitamente.

De seguida apresentou uma planta com a localização de todos os stands e eventos. Haverá mais música e mais espetáculos, com aposta em grupos locais e em ascensão.

A divulgação vai ser feita em spots televisivos.

Considera que houve alguma melhoria em termos de resolver alguns problemas detetados no ano anterior.

Informou que tem uma listagem de outras empresas que lá querem estar, mas que não consideraram a hipótese de patrocínio. São 2 imobiliárias e outras empresas, que irão ocupar espaço mas não será de forma gratuita, pagarão de acordo com o regulamento de taxas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que apesar desta informação continua a faltar a resposta às suas questões.

A **Sr.ª Vereadora e o Sr. Presidente** informaram que os serviços são contratados e que a despesa não precisa de vir à Câmara porque cabe nas competências do Presidente da Câmara.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não põe isso em causa mas quer saber, tal como aconteceu o ano passado consigo, quando o Sr. Vereador Carlos Logrado lhe pediu essas informações.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que se fez a contratação através da plataforma, de “chave na mão”, e o valor total é de 150.000 euros. Os preços de mercado são mais elevados e optou-se pela adjudicação direta em termos da empresa. A produção das festas da cidade e a contratação dos grupos foi adjudicada a André Sardet Unipessoal.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou se a empresa André Sardet recebe o valor total, tendo a **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** esclarecido que a referida empresa só recebe 83.000 euros.

- ⇒ Transmissão dos jogos do Euro – a Sr.ª Vereadora disse que também pensou no assunto. A contratação dos écrans é cara e tem que se dar garantias em termos de segurança dos mesmos. Como são valores muito elevados entendeu-se não o fazer. Está a ser visto como se poderá fazer com os meios da casa.
- ⇒ Informou que hoje se realiza um encontro musical inter-escolas, organizado pelo Agrupamento de Escolas Poente, em que participam escolas do concelho e de outros concelhos.
- ⇒ Atividades no concelho – a Sr.ª Vereadora informou que no dia 5 de junho, para além das festas da cidade, há também outras atividades a decorrer, que enumerou. Enumerou ainda as atividades a realizar no início de junho em S. Pedro de Moel, bem como os programas culturais, com teatro e cinema, os passeios pedestres, as marchas, as oficinas de artes para crianças e o xadrez. É todo um conjunto de atividades que decorrerão no concelho e nas praias.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas:**

- ⇒ Requerimentos – referiu que alguns ainda estão dentro do prazo para resposta, com exceção dos que foram apresentados pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, e aos quais vai também responder.
- ⇒ Obra em S. Pedro – foi lá ver e está dentro do projeto aprovado.
- ⇒ Mercado – falará sobre o assunto na discussão do ponto que se encontra agendado para a reunião de hoje.  
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou se a intenção de fazer o mercado dentro do PEDU está recusada.  
O **Sr. Presidente** respondeu que sim. Não há apoios comunitários para construções novas.
- ⇒ Faturas de água – confirmou que há efetivamente alguns atrasos.
- ⇒ Intervenção do Sr. Vereador Aurélio – o Sr. Presidente disse que ia repetir o que referiu quando os Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho aqui colocaram questões da mesma natureza: responde por aquilo que afirma enquanto Presidente da Câmara e pelo Gabinete quando utiliza a designação de GAP. Não coarcta a liberdade de expressão de ninguém e esta situação não veicula o Presidente da Câmara ou o GAP, nem no site da Câmara foi incluída qualquer referência, pelo que considera o assunto encerrado e não alimenta vitimizações de ninguém.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, e disse que está em causa a honra.  
O **Sr. Presidente** respondeu que para isso tem os Tribunais.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que isto é incompetência.  
O **Sr. Presidente** disse que esta é a sua posição, não tem outra, nem tem qualquer responsabilidade, e o Sr. Vereador que a peça a quem quiser.

- ⇒ Cães – o Sr. Presidente informou que já pediu uma reunião com uma associação que presta o serviço de recolha e que contará também com a nossa associação.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que afinal não houve evolução desde a reunião anterior.
- ⇒ Sinais de trânsito – o Sr. Presidente referiu que quando lhe colocam as questões por e-mail responde de imediato.  
Sobre a sinalização em S. Pedro de Moel, disse que na subida das piscinas está um sinal vertical de proibição de virar à esquerda, e depois existe também a sinalização horizontal, que é contínua. Apesar disso, já pediu aos serviços para reforçarem a sinalização.
- ⇒ A terminar a sua intervenção, o Sr. Presidente informou que já deu início ao procedimento para a valorização daquilo que de excelência o concelho tem no âmbito do marketing territorial.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Após o intervalo, o Sr. Presidente referiu que lhe tinham pedido para avançar para o ponto 22 da ordem do dia, com a epígrafe "APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS".

Esta alteração da ordem do dia foi posta à consideração de todos os presentes, que concordaram com a mesma.

Assim, esteve presente a seguinte proposta:

**"22 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS"**

*O Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro, que veio aprovar e instituir o «Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração» (RJACSR), procedeu a alterações ao Decreto-Lei 48/96, de 15 de maio (Regime dos horários de*



*funcionamento dos estabelecimentos comerciais, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 48/2011, de 1 de abril), introduzindo assim novas regras para esse regime e estabelecendo a liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.*

*Nessa medida, o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na sua atual redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, prevê que os órgãos municipais devem adaptar os regulamentos municipais sobre horários de funcionamento em função do novo n.º 1 do artigo 1.º ou do artigo 3.º desse mesmo diploma.*

*Nesse sentido e para cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado e publicado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro e doravante designado de CPA), o início do presente procedimento regulamentar foi objeto de publicitação através da afixação nos locais de estilo do Edital n.º 26/DAM/2015 e divulgação no sítio institucional do Município da Marinha Grande, com os elementos aí determinados, por forma a permitir a participação procedimental de eventuais interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, fixando-se um prazo de dez dias para o efeito.*

*No âmbito da participação procedimental não foram constituídos interessados, nem apresentados quaisquer contributos.*

*Com vista ao cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º, n.º 1 do CPA, a proposta de regulamento, após a sua aprovação pela Câmara Municipal, foi submetida a consulta pública pelo período de trinta dias úteis, a qual foi objeto de publicitação por aviso na 2.ª série do Diário da República (Edital 90/2016 publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 21 de 1 de fevereiro), por Edital afixado nos locais de estilo e divulgado no sítio da internet do Município da Marinha Grande.*

*Decorrido que foi este período, verificou-se terem sido apresentados contributos e sugestões que foram devidamente ponderados nas alterações introduzidas ao instrumento regulamentar municipal.*

*Foi, ainda, nesse âmbito e prazo, garantida a audiência das seguintes entidades representativas dos interesses envolvidos (nos termos e para os efeitos do artigo 100.º, n.º 1 do CPA e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na sua atual redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro):*

- UGT – União Geral de Trabalhadores;
- CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- PSP – Polícia de Segurança Pública da Marinha Grande;
- GNR – Guarda Nacional Republicana de Vieira de Leiria e São Pedro de Moel;
- ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande;
- Junta de Freguesia da Marinha Grande;

- Junta de Freguesia de Vieira de Leiria;
- Junta de Freguesia da Moita;
- Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal;
- Agência Portuguesa do Ambiente e a Autoridade Marítima Nacional.

*Decorrido o prazo da audiência das entidades, foram apresentados contributos por parte das seguintes entidades:*

- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande;
- Associação de Hotelaria, Restauração e Similares do Centro.

*Tais contributos foram ponderados e após uma análise criteriosa, os mesmos foram consagrados na versão final do presente regulamento que ora se aprecia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal.*

*Assim, a Câmara Municipal, depois de analisar o “Projeto do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços” e de ponderar as sugestões apresentadas quanto ao mesmo, deliberou para melhor conciliar os legítimos interesses empresariais e de recreio, aqui vincadamente defendidos pela ACIMG, e o direito ao descanso dos cidadãos, tarefa de que o Município não pode abdicar, introduzir algumas alterações à redação do projeto, por entender que foram apresentados contributos relevantes, que são um meio para pontenciar a compatibilização dos vários e legítimos interesses em presença.*

*Tratando-se de um instrumento regulamentar com eficácia externa, a respetiva competência para aprovação do presente regulamento pertence à Assembleia Municipal da Marinha Grande, conforme o fixado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sendo competência da Câmara Municipal da Marinha Grande elaborar e submeter à aprovação do órgão executivo os projetos de regulamentos externos do município (de acordo com o disposto alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

***Assim, a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o “Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços”.***

**Sobre a proposta apresentada registaram-se as seguintes intervenções:**

O **Sr. Presidente** começou por explicar o procedimento, desde a 1.ª fase de audiência de interessados, em que não houve inscrições, depois a consulta pública e a reunião com a ACIMG, em que houve algum consenso.

Referiu ainda que o regulamento hoje aqui presente pretende salvaguardar o direito ao comércio mas também salvaguarda o direito ao sossego e descanso das pessoas que habitam em redor desses estabelecimentos.

De seguida pediu à **Chefe da DAM – Divisão de Administração e Modernização, Dr.ª Lina Frazão**, que fizesse uma explicação técnica do processo.

A Dr.ª Lina Frazão elencou as diversas fases do procedimento, falou da reunião com a ACIMG, que apresentou propostas que foram incorporadas no regulamento hoje presente, resultando numa tentativa de simplificação do regulamento, com a criação de 3 grupos de estabelecimentos:

Grupo 1 – restauração e bebidas;

Grupo 2 – restauração e bebidas com espaço de dança;

Grupo 3 – restantes estabelecimentos.

Aos grupos 1 e 2 aplicar-se-á o horário restrito, das 6 horas às 2 horas da manhã, todos os dias, ao grupo 3 aplicar-se-á o horário livre.

As roulottes enquadram-se na designação de estabelecimentos de restauração e bebidas com caráter não sedentário, aplicando-se o regulamento de venda ambulante.

**Seguidamente o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores.**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que tendo em consideração todo o procedimento e os pareceres que foram enviados, parece-lhe que há o perigo latente de ilegalidade do regulamento, ao contrariar e transformar a lei. Pessoalmente não concorda com ela, mas é para ser aplicada, e quando se contraria há violação da lei. Há este perigo. Os comerciantes têm a sua associação e esta tem serviços jurídicos, e a Câmara poderá ser confrontada com algum processo. É importante “ganhar a vida” com a atividade comercial, mas também é importante o descanso das pessoas.

Perguntou o que é o grupo 3, tendo a **Dr.ª Lina Frazão** informado que são as lojas de conveniência, as funerárias, veterinários e tudo o que é atividade de comércio em geral.

O Sr. Vereador prosseguiu, dizendo que lhe parece que o art.º 7.º é ilegal, uma vez está especificamente direccionado para um comerciante.

Tendo em conta a situação, e por entender que é possível chegar a um ponto de entendimento, **propôs:**

**Que se retire o ponto e se retomem as negociações com as associações com quem se discutiu o assunto.**

Esta proposta é boa mas ainda pode ser melhorada, no sentido de fortalecer e dinamizar o comércio da Marinha Grande, que é fraco. Deverá ser feita uma melhor discussão com os comerciantes, no sentido de ficarem plasmadas as situações que não são pacíficas. Na sua opinião o assunto merece uma discussão mais aprofundada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** agradeceu a explicação da Chefe da DAM, disse que leu os contributos e opiniões, e concluiu que há dois interesses diferentes, mas que têm que ser conciliados e há que conseguir fazê-lo: são os interesses económicos e o descanso das pessoas.

As associações consultadas dizem que se deve cumprir a lei, por isso este regulamento deve cumprir a lei (horário livre), com as exceções que a lei lhe permite, devidamente fundamentadas.

O Sr. Presidente disse que têm “chovido reclamações”, pelo que pretende saber quantas são.

A **Dr.ª Lina Frazão** respondeu, dizendo que algumas são genéricas e algumas até são das forças de segurança.

O Sr. Vereador prosseguiu, dizendo que as próprias forças de segurança, consultadas, não apontaram qualquer queixa.

Perguntou se há solução que impeça que os moradores sejam perturbados pelo som, e porque é que houve um segundo parecer da ACIMG. Não foi possível chegar a acordo com o primeiro?

Tendo em conta que a próxima época de verão já está planeada e os investimentos já estão feitos, e porque entende que se devem analisar, em conjunto com a ACIMG, as situações onde há problemas, **propôs que se adie a aprovação do regulamento e que se encontrem plataformas para se chegar a um bom acordo.**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que concorda com os Srs. Vereadores Vítor Pereira e Aurélio Ferreira, e acrescentou e reforçou a primeira ideia: há uma regra legal, que diz que o horário é livre, e que se devem introduzir as exceções.

Agradeceu à Dr.ª Lina Frazão a explicação técnica e à ACIMG a intervenção neste diálogo.

**Entende que para já se deve suspender a aprovação deste regulamento**, face ao início da época de verão, uma vez que seria alterar as regras a meio deste período. O assunto requer mais reflexão pelo que a sua proposta é de que se suspenda, mas que durante este período se deve salvaguardar o descanso das pessoas, e por isso a Câmara não se pode refugiar na lei para não fazer fiscalização e atuação por parte das autoridades, punindo quem não cumpre. Estranhamente as autoridades não se pronunciaram.

Aproveitou para voltar a abordar o assunto das taxas e licenças, porque considera que os valores para as esplanadas são proibitivos, até brutais, e elas são importantes porque dinamizam a vida nas cidades. Este é um dos pontos do programa da CDU, a revisão das taxas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que vê a política de outra forma. Gostaria que aqui estivesse o grupo dos moradores, porque não pode defender só um grupo esquecendo-se do outro. Os decisores têm que defender e fazer o equilíbrio das duas fações: os agentes económicos e os que têm direito ao descanso.

É também preciso desmistificar os falsos conceitos:

- os agentes económicos não são todos uns prevaricadores, uma vez que estão perfeitamente identificados os principais focos;
- a função primeira da associação é garantir que não paga o justo pelo pecador;
- reclamações: há aquelas que são registadas e as que não são registadas, que são a esmagadora maioria. É uma falsa questão dizer que elas não existem. O ano passado, em que se aplicou a lei pela primeira vez, é o ano que tem mais queixas.

O sentido da legislação aplica o princípio de, na dúvida, é para o munícipe, e aqui, na dúvida, é para o agente económico.

A sua opinião é de que não é necessário regulamento. O que falta é haver condições para garantir que os limites do ruído e a segurança são garantidos.

De seguida enunciou as soluções tecnológicas existentes no mercado para a monitorização do ruído, cuja instalação defende, de modo a poder caminhar-se para a inexistência desta legislação.

Isto é o que defende, embora a realidade seja a situação que temos.

**Neste sentido tem propostas a apresentar:**

- fusão do grupo 1 e 2, com horário igual para todos, com exceções (de semana até às 2 horas, aos fins-de-semana até às 4 horas e nos dias festivos mais 2 horas, até às 6 horas).
- nas praias, de 1 de junho a 30 de setembro, até às 3 horas.

Considera que esta proposta é melhor do que a que existia no passado. Atualmente as datas festivas já não precisam de vir à Câmara, porque já se simplificou o processo.

Esplanadas – propõe o limite dos horários normais.

Distância – parece-lhe que se pode passar dos 500 metros para os 300 metros.

Propõe um horário diferente para os estabelecimentos instalados em edifícios de habitação.

Este regulamento aplica-se aos estabelecimentos que existem atualmente mas também aos que se venham a instalar.

Não encontrando uma posição de equilíbrio não pode votar contra o regulamento, porque não pode atender só a um grupo.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que aquilo que queria dizer já foi esvaziado pelas intervenções dos Srs. Vereadores Vítor Pereira, Aurélio Ferreira e Alexandra Dengucho, contudo **é de opinião que deve ser suspenso.**

A aplicabilidade da lei deve ser simples e direta. É pela suspensão tendo em atenção o consenso dos comerciantes e não comerciantes, o encontrar de um ponto de equilíbrio.

Para esclarecer as dúvidas jurídicas colocadas pela ACIMG a **Dr.ª Lina Frazão** leu um parágrafo do parecer jurídico que a Câmara pediu à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu para intervir, dizendo que na sua opinião o regulamento está ferido de viciação da lei. Não é um parecer, que não é vinculativo e que é meramente uma opinião, que lhe vai fazer mudar de opinião. Se há dúvidas têm que se encontrar outras formas. Ouviu com atenção as propostas do Sr. Vereador Carlos Logrado, mas precisa de tempo para pensar sobre elas. Não se trata de empurrar para a frente, é apenas suspender e fazer a análise pelas zonas problemáticas, pegando nas reclamações.

O **Sr. Presidente** disse que gostou das intervenções, mas quer invocar a experiência de 15 anos. Se não houvesse abusos não era necessário regulamento, porque a lei já o permite. Naquilo que pensa que é a função da Câmara, tem que olhar para os interesses de todos, comerciantes e moradores que são prejudicados por uma atividade comercial. Este regulamento está feito no sentido de conciliar estes interesses.

Relativamente aos pareceres cumpriu-se a legislação, nas audiências prévias, e no sentido da boa colaboração, combinou-se com a ACIMG enviar-lhe as conclusões, daí esta segunda opinião.

Sobre a proposta do Sr. Vereador Vítor Pereira, para a retirada do regulamento, o **Sr. Presidente propôs que cada um dos Srs. Vereadores faça as suas propostas e que as envie até à segunda-feira da próxima semana, e aí serem discutidas em conjunto, para serem apreciadas na reunião da Câmara do dia 06/06/2016.**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não concorda.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que concorda.

O **Sr. Presidente** lembrou que têm que se tomar decisões.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** concorda, mas as decisões não podem ser tomadas à beira de uma época balnear que se vai iniciar.

O **Sr. Presidente** disse que aquilo que propõe é que cada um, depois de ver todas as situações, envie as suas propostas até segunda-feira, para que depois sejam incluídas e o regulamento possa vir à próxima reunião do dia 06/06/2016.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não pretende retirar o regulamento mas apenas retirá-lo da reunião de hoje. Não está contra o regulamento, apenas pretende adiar a discussão.

O **Sr. Presidente** disse que está a propor que seja aprovado na próxima reunião.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que lhe parece ser consensual que se retire a proposta e que venha à próxima reunião.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que há duas posições: retirar o ponto, posição com a qual concorda, porque lhe parece que não há consenso, e a posição do Sr. Presidente, que é de retirar o ponto e vir à próxima reunião do dia 06/06/2016.

Como o regulamento tem que ir à Assembleia Municipal do dia 13/06/2016, questionou qual seria a outra data possível, de modo a que possa estar presente naquela sessão da Assembleia.

O **Sr. Presidente** informou que terá que ser na reunião da Câmara do dia 06/06/2016, senão passa-se o verão sem regulamento.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que isso é o que pretendem, porque já houve muito tempo e agora querem fazer tudo em cima do joelho.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que já todos têm documentação suficiente. A proposta do Sr. Vereador Vítor Pereira está em cima da mesa, o Sr. Presidente já a aceitou e agora vai decidir.

O **Sr. Presidente** confirmou que é assim, se todos se comprometerem a discutir as suas opiniões.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu que lhe sejam enviadas todas as reclamações que a Câmara tem.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** lembrou que tem que se atender só a reclamações de direito, uma vez que só se pode trabalhar com factos.

**O Sr. Presidente propôs então o seguinte:**

Retirar o ponto da ordem de trabalhos, e até segunda-feira os Srs. Vereadores mandarão as suas propostas por e-mail para a Dr.ª Lina Frazão, que as incorporará na proposta de regulamento que depois virá à reunião da Câmara.

**Todos aceitaram esta proposta.**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu que todos tenham conhecimento das propostas uns dos outros.

O **Sr. Presidente** informou que depois será feito um relatório.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para almoço, que decorreu das 13:15 horas às 14:30 horas.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador António Santos** só chegaram à reunião, no período da tarde, pelas 14:50 horas, quando se iniciava a discussão do ponto 19 da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 13, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE MAIO DE 2016**

297 - Presente a ata n.º 13, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 12 de maio de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **3 - REQ. N. 410/16, DATADO DE 17/03/2016 – PC N.º 93/16, DATADO DE 17/03/2016 – CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO**

298 - Presente requerimento n.º 410/16, datado de 2016/03/17, constante do processo camarário n.º 93/16, subscrito por **CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO**, com o NIF 189243651, com residência no Largo do Mercado, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Legalização de Alterações de Moradia”** existente, localizada num prédio urbano sito no Largo do Mercado, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 806 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.526.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/05/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “Legalização de Alterações de Moradia” incidente sobre um prédio urbano sito no Largo do Mercado, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 806 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.526, com o número de processo 93/16, com data de entrada em 2016/03/17, apresentado por CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO, com o NIF 189243651, com residência no Largo do Mercado, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 652/16, DATADO DE 02/05/2016 – PC N.º 73/16, DATADO DE 04/03/2016 – MINORINA ALVES GUERRA, EDGAR ALVES COELHO E FÁBIO ALVES COELHO**

299 - Presente requerimento n.º 652/16, datado de 2016/05/02, constante do processo camarário n.º 73/16, subscrito por MINORINA ALVES GUERRA, com o NIF 190740272, EDGAR ALVES COELHO, com o NIF 259698288, e FÁBIO ALVES COELHO, com o NIF 237840502, todos com morada na Rua Principal, n.º 58, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização de Alterações de Moradia e Anexos”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Principal, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10.404, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 11.019.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/05/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao de licenciamento da obra de *“Legalização de Alterações de Moradia e Anexos”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Principal, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 10404, e inscrito na matriz sob o artigo número 11019, com o número de processo 73/16, com data de entrada em 2016/03/04, subscrito por MINORINA ALVES GUERRA, com o NIF n.º 190740272, EDGAR ALVES COELHO, com o NIF 259698288, e FÁBIO ALVES COELHO, com o NIF 237840502, todos com morada na Rua Principal, n.º 58, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do referido regime jurídico.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 1736/15, DATADO DE 20/11/2015 – PC N.º 27/15, DATADO DE 27/01/2015 – MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES E SUFESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA.**

300 - Presentes requerimentos n.º 116/15, n.º 340/15, n.º 1178/15 e n.º 1736/15, registados em 2015/01/27, 2015/03/16, 2015/08/21 e 2015/11/20, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 27/15, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e de ampliação do edifício, com o aumento do numero de fogos de um para três fogos, licenciamento (legalização) das obras de construção de anexos, licenciamento de obras de alteração e de demolição de muro, incidentes sobre o prédio sito na Rua da Serraria, n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2.675 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.655, apresentado por MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, com o NIF 149002610, residente na Rua Ilha dos Amores, Lote 4.12 A, 3.º Dt.º, Lisboa, por MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES, com o NIF 139014012, residente na Rua de Santa Catarina, 444, Azoia e por SUFESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA., com o NIPC 503752371, com sede na Rua da Serraria, lugar e freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2016/05/12, que indica ser o processo de arquitetura passível de aprovação com condicionalismos.

**Após análise da pretensão, bem como do parecer técnico de 2015/05/12, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura apresentado a coberto dos requerimentos n.º 116/15, n.º 340/15, n.º 1178/15 e n.º 1736/15, registados em 2015/01/27, 2015/03/16, 2015/08/21 e 2015/11/20, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 27/15, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e de ampliação do edifício, com o aumento do numero de fogos de um para três fogos, licenciamento (legalização) das obras de construção de anexos, licenciamento de obras de alteração e de demolição de muro, incidentes sobre o prédio sito na Rua da Serraria, n.º 25, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2.675 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.655, apresentado por MARIA ANÁLIA LEAL GOMES MARQUES, com o NIF 149002610, residente na Rua Ilha dos Amores, Lote 4.12 A, 3.º Dt.º, Lisboa, por MARIA JUDITE LAMEIRO GOMES MARQUES, com o NIF**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

139014012, residente na Rua de Santa Catarina, 444, Azoia e por SUFESA – GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA., com o NIPC 503752371, com sede na Rua da Serraria, lugar e freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Apresentação de Planta de Implantação, adequada à operação urbanística, à escala 1:200 ou superior desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20 metros a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e, ainda, as condicionantes existentes, designadamente, linhas de água e infraestruturas
- b) Apresentação, no prazo máximo de seis meses, a contar da data de notificação da presente deliberação, dos projetos de especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 724/16, DATADO DE 06/05/2016 – PC N.º 282/15, DATADO DE 14/08/2015 – MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA**

301 - Presente requerimento n.º 724/16, datado de 2016/05/06, constante do processo camarário n.º 282/15, subscrito por MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA, com o NIF 126525595, residente em Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, n.º 14, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.289, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.514, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara datada de 2015/11/26.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/05/13, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.289, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.514, com o número de processo 282/15, com data de entrada em 2015/11/05, apresentado por MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA, com o NIF 126525595, residente em Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, n.º 14, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 787/16, DATADO DE 13/05/2016 – PC N.º 305/14, DATADO DE 04/09/2014 – FACOMPRIL - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA.**

302 - Presente pedido com o registo n.º 787/16, datado de 13/05/2016 relativo a **alteração e ampliação a realizar em obra**, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no edifício industrial em construção ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 96/14, localizado na Rua 10 de Junho, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 645 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 525, da freguesia da Moita, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 305/14, com data de entrada de 04/09/2014, apresentado por **FACOMPRIL - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA.**, com o NIPC 501 936 840, com sede na Rua Manuel Francisco Maia, freguesia de Milagres e concelho de Leiria; Presente informação técnica, datada de 17/05/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de alteração apresentados devidamente elaborados e instruídos, estando o presente pedido em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração e ampliação a realizar em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no edifício industrial em construção ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 96/14, localizado na Rua 10 de Junho, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 645 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 525, da freguesia da Moita, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 305/14, com data de entrada de 04/09/2014, apresentado por FACOMPRIL - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS DE PRECISÃO, LDA., com o NIPC 501 936 840, com sede na rua Manuel Francisco Maia, freguesia de Milagres e concelho de Leiria.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 -** Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá apresentar o original do alvará de obras de construção n.º 53/15 para que se possa proceder ao respetivo aditamento;
- 2 –** De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 24 do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), o edifício em construção enquadra-se no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, por se tratar de um edifício industrial localizado fora de zona industrial com plano de pormenor eficaz, cuja área de construção ultrapassa os 1.000,00 m2, pelo que é devido, face à ampliação pretendida, o pagamento da respetiva taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, nos termos do artigo 122º do RMEUMMG;
- 3 –** Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, deverá igualmente proceder ao pagamento da compensação devida pela não cedência de terreno para espaços verdes de utilização coletiva e para equipamento de utilização coletiva, calculada em função da ampliação pretendida de acordo com o constante no artigo 127º do RMEUMMG.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N. 588/16, DATADO DE 14/04/2016 – PC N.º 322/14, DATADO DE 26/09/2014 – FLÁVIA CATARINA AMORIM DA COSTA**

303 - Presente requerimento n.º 588/16, datado de 2016/04/14, constante do processo camarário n.º 322/14, subscrito por **FLÁVIA CATARINA AMORIM DA COSTA**, com o NIF 228978076, residente na Rua do Clube Recreativo Recreativo Amieirinhense (antiga Rua da Sede), n.º 27, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao

pedido de alterações ao licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua do Clube Recreativo Recreativo Amieirinhense (antiga Rua da Sede), n.º 27, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.820 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5.677, para o qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 96/15, datado de 2015/11/02.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/04/19, que refere que o projeto de alterações ao projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/05/13, referente aos projetos de alterações aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de alterações ao licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito Rua do Clube Recreativo Recreativo Amieirinhense (antiga Rua da Sede), n.º 27, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.820 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 5.677, com o número de processo 322/14, com data de entrada em 2014/09/26, para o qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 96/15, datado de 2015/11/02, apresentado por FLÁVIA CATARINA AMORIM DA COSTA, com o NIF 228978076, residente na Rua do Clube Recreativo Recreativo Amieirinhense (antiga Rua da Sede), n.º 27, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaiu, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais delibera:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá apresentar o original do alvará de obras de construção n.º 96/15 para que se possa proceder ao respetivo aditamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 334/16, DATADO DE 08/03/2016 – PC N.º 214/15, DATADO DE 22/06/2015 – BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.

304 - Presentes requerimentos n.º 882/15, n.º 1793/15 e n.º 334/16, registados em 2015/06/22, 2015/12/01 e 2016/03/08, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 214/15, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração da habitação e licenciamento de obras de construção de muro de vedação, incidentes sobre o prédio sito na Rua do Guilherme, n.º 34, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.047 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.098, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A., com o NIPC 502924047, com sede na Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa.  
Presente parecer técnico datado de 2016/05/03, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 882/15, n.º 1793/15 e n.º 334/16, registados em 2015/06/22, 2015/12/01 e 2016/03/08, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 214/15, referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração da habitação e licenciamento de obras de construção de muro de vedação, incidentes sobre o prédio sito na Rua do Guilherme, n.º 34, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.047 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.098, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por BANCO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A., com o NIPC 502924047, com sede na Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa, bem como do parecer técnico datado de 2016/05/03, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122 do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, se pronunciar, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, o artigo 66.º, n.º 1, alínea s), o artigo 69.º, n.º 2 e o artigo 71.º, n.º 1 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, em resultado da cozinha não se apresentar concretamente definida como compartimento autónomo, sendo que a sua franca comunicação com a “área de circulação” traduz um compartimento articulado em dois espaços não autónomos.

A revisão do presente projeto de indeferimento passa por:

- a) Autonomização do espaço de cozinha e consequentemente apresentação de elementos gráficos;
- b) Completar a memória descritiva e justificativa do projeto com a indicação do material de revestimento das paredes da cozinha e instalação sanitária, em conformidade com o descrito no artigo 31.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU;
- c) Esclarecer o conteúdo do ponto 10 da memória descritiva e justificativa do projeto, apresentada em 2015/12/01, pelo requerimento registado sob o n.º 1793/15, face à menção da existência de um caminho público que dá acesso a duas habitações, sendo o mencionado “caminho público” não faz parte da rede de infraestruturas viárias e

pedonais do município, tão pouco consta na descrição das confrontações do prédio registado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 783/16, DATADO DE 13/05/2016 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ÂNGELA RODNITCHI**

305 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 783/16, datado de 13/05/2016, subscrito por **ANGELA RODNITCHI**, com o NIF 256003661, com morada em Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização de alteração e ampliação e de licenciamento da demolição parcial de anexo, no âmbito do processo n.º 157/14 e titulada pelo alvará de obras de legalização de alteração e ampliação n.º 110/15, emitido em 14/12/2015.

Presente parecer técnico datado de 13/05/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua dos Outeirinhos, n.ºs 100 e 100A, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **ANGELA RODNITCHI**, com o NIF 256003661, com morada em Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**
- 2) **Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.



**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N. 768/16, DATADO DE 12/05/2016 – PC N.º 234/00, DATADO DE 06/03/2000**  
**– EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**

306 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 768/16, datado de 12/05/2016, subscrito por **EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**, com o NIF 145583384, com morada em Avenida José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de legalização de alteração no âmbito do processo n.º 234/00 e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 79/15, emitido em 09/11/2015.

Presente parecer técnico datado de 13/05/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua D. Fernando I, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**, com o NIF 145583384, com morada em Avenida José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 550/16, DATADO DE 11/04/2016 – PC N.º 383/14, DATADO DE 30/10/2014 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**

307 - Presente requerimento n.º 550/16, datado de 11/04/2016, apresentado por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA, com o NIPC 504583875, com sede em Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 383/14, ao qual foi atribuído o Alvará de Obras de Urbanização n.º 2/15, de 10/07/2015, que respeita à ampliação de arruamento, incidente sobre o prédio sito na Rua Zeca Afonso, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1.143, e a consequente redução do valor da garantia bancária n.º 00125-02-1967258, do Banco Comercial Português, S.A. datada de seis de julho de dois mil e quinze, prestada pela sociedade requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, trabalhos de movimentação de terras, pavimentação de um troço de arruamento com a extensão de 74,50 metros, execução de lancis, passeios e estacionamento, sinalização vertical e horizontal, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais, infraestruturas elétricas e de iluminação pública.

Presente relatório elaborado pela Comissão de Vistorias, bem como Auto de Vistoria, datados de 19 de maio de 2016, propondo a receção provisória das Obras de Urbanização.

**Após análise da pretensão, do Relatório e do respetivo Auto de Receção Provisória elaborados pela Comissão de Vistorias, respeitante às Obras de Urbanização supra referidas a Câmara delibera:**

**1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas, no âmbito do processo de licenciamento n.º 383/14, ao qual foi atribuído o Alvará de Obras de Urbanização n.º 2/15, de 10/07/2015, que respeita à ampliação de arruamento, incidente sobre o prédio sito na Rua Zeca Afonso, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 610 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1.143, apresentado por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA, com o NIPC 504583875, com sede em Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, nomeadamente, trabalhos de movimentação de terras, pavimentação de um troço de arruamento com a extensão de 74,50 metros, execução de lancis, passeios e estacionamento, sinalização vertical e horizontal, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais, infraestruturas elétricas e de iluminação pública, uma vez que as mesmas se encontravam executadas de acordo com o projeto aprovado e as telas finais entregues em 11/04/2016.**

2) MANDAR LIBERTAR o montante de 40.137,69 € (quarenta mil cento e trinta e sete euros e sessenta e nove centimos), correspondente a 90% da garantia bancária n.º 00125-02-1967258, do Banco Comercial Português, S.A. datada de seis de julho de dois mil e quinze, com o valor inicial de 44.597,43 (quarenta e quatro mil quinhentos e noventa e sete euros e quarenta e três centimos), prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, infraestruturas viárias, sinalização horizontal, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás ficando retido o montante de € 4.459,74 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e setenta e quatro centimos), até à receção definitiva das referidas Obras de Urbanização, conforme descrito no quadro abaixo:

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Infraestruturas viárias	€ 20.590,00	90%	€ 18.531,00	€ 2.059
Rede de Abastecimento de Água	€ 4.500,00	90%	€ 4.050,00	€ 450,00
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	€ 8.330,00	90%	€ 7.497,00	€ 833,00
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	€ 9.400,00	90%	€ 8.460,00	€ 940,00
Infraestruturas elétricas e de iluminação	€ 1.777,43	90%	€ 1.599,69	€ 177,74
<b>TOTAIS:</b>	<b>€ 44.597,43</b>	<b>-----</b>	<b>€ 40.137,69</b>	<b>€ 4.459,74</b>

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 393/16, DATADO DE 15/03/2016 – PC N.º 335/98, DATADO DE 19/03/1998 – ANTÓNIO TEODÓSIO CRESPO PEDROSA E OUTROS**

308 - Presente requerimentos n.º 824/15 de 11/06/2015, e n.º 393/16 de 15/03/2016, apresentados por ANTÓNIO TEODÓSIO CRESPO PEDROSA com o número de identificação fiscal 146 678 265, com morada na Avenida Comendador Raul Tomé Feteira, n.º 20, 3105-095 Guia PBL e MARIA CELESTE TEODÓSIO CRESPO PEDROSA DUARTE, número de identificação fiscal 103 215 654, com morada na Rua Orlindo Crespo Pedrosa, 3105-089 Guia PBL, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de loteamento n.º 335/98, para o qual foi emitido o Alvará n.º 03/99, que respeita à constituição de lotes para habitação e obras de urbanização, incidente sobre os prédios sitos no cruzamento da Rua 1.º de Dezembro com a Rua 5 de Outubro, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 2.690 e 3.202, e inscritos, respetivamente, na matriz predial rústica sob o artigo número 1.289 e na matriz predial urbana sob o artigo número 1.236, da freguesia de Vieira de Leiria e a redução do valor das

garantias bancárias N.º 72000799513, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL, no montante de 265,000\$00 – contravalor 1.321,81€ - e garantia N/N.º 63.419/96, da União de Bancos Portugueses, S.A., no montante de 350.750\$00 – contravalor 1.749,53€ - prestadas pelo requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Presente relatório de vistoria, da Comissão de Vistorias, referindo que é possível proceder à receção provisória das obras de urbanização previstas por estas se encontrarem efetuadas de acordo com as telas finais entregues.

Presente, igualmente, Auto de Vistoria propondo a receção provisória das obras de urbanização.

**Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:**

**1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas, realizadas no âmbito do processo de loteamento n.º 335/98, titulado por ANTÓNIO TEODÓSIO CRESPO PEDROSA com o número de identificação fiscal 146 678 265, com morada na Avenida Comendador Raul Tomé Feteira, n.º 20, 3105-095 Guia PBL e MARIA CELESTE TEODÓSIO CRESPO PEDROSA DUARTE, número de identificação fiscal 103 215 654, com morada na Rua Orlindo Crespo Pedrosa, 3105-089 Guia PBL, para o qual foi emitido o Alvará n.º 03/99, que respeita à constituição de lotes para habitação e obras de urbanização, incidente sobre os prédios sítos no cruzamento da Rua 1.º de Dezembro com a Rua 5 de Outubro, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 2.690 e 3.202, e inscritos, respetivamente, na matriz predial rústica sob o artigo número 1.289 e na matriz predial urbana sob o artigo número 1.236, da freguesia de Vieira de Leiria, conforme proposto pela Comissão de Vistorias, uma vez que as mesmas se encontravam executadas de acordo com as telas finais entregues.**

**2) MANDAR LIBERTAR o montante de 2.764,21€ - dois mil setecentos e sessenta e quatro euros e vinte e um cêntimos - de forma a salvaguardar que o montante retido corresponde a 10% da caução prestada pelos requerentes como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, pelas garantias bancárias N.º 72000799513, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL, no montante de 265,000\$00 – contravalor 1.321,81€ - e garantia N/N.º 63.419/96, da União de Bancos Portugueses, no montante de 350.750\$00 – contravalor 1.749,53€, com as seguintes especificidades:**

**a) Libertar o montante de 1.749,53€ (mil setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos), correspondente ao total da garantia bancária N/N.º 63.419/96, datada de 28 de maio de 1996, da União de Bancos Portugueses, S.A.;**

**b) Libertar o montante de 1.014,68 € (mil e catorze euros e sessenta e oito cêntimos) da garantia bancária N.º 72000799513, no montante inicial de 1.321,81€, datada de 29 de dezembro de 1998, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL, ficando retido o montante de 307,13€ (trezentos e sete euros e treze cêntimos) até à receção definitiva das obras de urbanização.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - E/3326/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A**

309 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3326/2016, datado de 15/04/2016, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 42, n.º 20 A, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, em 7 metros de betuminoso e 2 metros de calçada.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 22/04/2016, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 7 metros de betuminoso e 2 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 42, n.º 20 A, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionamentos:**

**a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**

**b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**

**c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - E/4033/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A**

310 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4033/2016, datado de 09/05/2016, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 31 B e n.º 33, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande e na Rua Mariana Barosa, n.º 11, Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1 metro de betuminoso e 12 metros de calçada. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 12/05/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer **FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 5 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Mariana Barosa, n.º 11, Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.

b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

2 – Emitir parecer **DESFAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1 metro de betuminoso e 7 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a cabo na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 31 B e n.º 33, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, devendo ser adotada uma solução alternativa, nos termos e fundamentos do parecer que a seguir se transcreve, concedendo um prazo de 10 dias úteis, para querendo, se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro: *“pavimento em betuminoso em bom estado de conservação executado em abril/2010 na empreitada “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DINIS PARREIRA – AD N.º 51/09 (DIRM). A Lusitaniagás foi informada previamente desta empreitada. Assim, sou da opinião que, neste arruamento, não se deve autorizar o corte do pavimento para execução do ramal.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N. 646/16, DATADO DE 21/04/2016 – PC N.º 432/15, DATADO DE 18/11/2015 –  
MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**

311 - Presente requerimento n.º 646/15, datado de 2016/04/21, constante do processo camarário n.º 432/15, subscrito por **MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**, com o NIF 196197244, residente na Estrada da Base, n.º 1251, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício de habitação com dois fogos, anexos e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua do Lamarão, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.532, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 1.342, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2016/03/31.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/05/20, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício de habitação com dois fogos, anexos e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua do Lamarão, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13.532, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 1.342, com o número de processo 432/15, com data de entrada em 2015/11/18, apresentado por **MARIA JÚLIA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**, com o NIF 196197244, residente na Estrada da Base, n.º 1251, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, com a largura de 1,60m, uma gare de estacionamento na extensão total do prédio confinante com a via pública, com uma largura de 2,40m, sendo os alinhamentos determinados pelos alinhamentos do passeio e gare de estacionamento existentes a noroeste. Os materiais a aplicar no passeio deverão

ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão de 0,13x0,25m e pavê rectangular de 0,20x0,10x0,06m, cor cinza, devendo a gare de estacionamento ser feita em massa betuminosa. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, sendo que na entrada do prédio, numa distância mínima de 3,50m, deverá colocar lancil de betão rampeado de 0,30x0,22m. Na execução do passeio deverá considerar a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas.

4. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 108,62m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua do Lamarão, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **"IMPLANTAÇÃO"** - **"Des. 2"**, datada de 11/15, entregue a coberto do requerimento n.º 1724/15, datado de 2015/11/18, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

5. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com o art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **17 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

312 - A Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego da Freguesia de Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Festa Anual 2016 e Demonstração de Freestyle a realizar nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2016;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de instalação e funcionamento de Recintos improvisados;
- Licença de publicidade.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários a Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 25 de maio e 29 de maio de 2016 para atividade circense destinada a angariação de fundos;
- Licença de instalação e funcionamento de Recintos improvisados;
- Licença de publicidade;



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de desfile de Fanfarras de vários Corpos de Bombeiros a realizar no dia 05 de junho de 2016;
- Licença de publicidade.
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;

A Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do 2º festival musical “O Carvoeiro” a realizar nos dias 01 e 02 de julho de 2016;
- Licença de publicidade.

Presentes informações nºs 28/LS, 29/LS e 30/LS de 16 de maio de 2016 e 31/LS de 20 de maio de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários a Marinha Grande, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria e a Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação e funcionamento de Recintos improvisados, da licença de ocupação de espaço público e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **18 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

313 - Presentes os requerimentos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

-registo de entrada 23/2016 em nome de Carlos Manuel Amaro Galo, em que solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 228 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

-registo de entrada E/3377/2016 em nome de Lina Maria dos Santos Henriques Batista Pêcego, em que solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 762 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 1/AF de 09 de maio de 2016 e 2/LS de 18 de maio de 2016, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Carlos Manuel Amaro Galo, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 228 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais; a Lina Maria dos Santos Henriques Batista Pêcego, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 762 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 27824/2/2015 de 7 de dezembro de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de Carlos Manuel Amaro Galo, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 228 e a guia de receita nº 7329/2 de 22 de março de 2016, no valor de 1.000,00€, em nome de Lina Maria dos Santos Henriques Batista Pêcego, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 762, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **19 - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA 2016.**

314 - O mapa de pessoal, enquanto ferramenta de gestão dos recursos humanos, é um instrumento que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para desenvolvimento das respetivas atividades.

De acordo com o artigo 29.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os postos de trabalho são caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, das área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal.

Aquando da apresentação da proposta de mapa de pessoal para o corrente ano, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2015, foram previstos 274 lugares criados e 5 a criar, mediante procedimento concursal para recrutamento por tempo indeterminado.

Todavia, os recursos humanos devem acompanhar a evolução da organização e dar resposta aos novos desígnios e atividades não programadas a desenvolver.

Assim, em 20 de janeiro de 2017 assinala-se o centenário da restauração do concelho da Marinha Grande, que constitui uma data histórica da maior importância e que deve merecer uma atenção e um nível de programação que escape às atividades que normalmente são realizadas em diferentes áreas de intervenção municipal.

A restauração do concelho da Marinha Grande marca a sua afirmação autónoma, de um ponto de vista político, mas também económico, social e cultural, o que justifica a realização de um programa ambicioso e transversal.

Trata-se de um momento único, em que se deve aprofundar o conhecimento do passado e simultaneamente perspetivar o futuro, num quadro de ações agregador e múltiplo.

As Comemorações do Centenário constituem um projeto de afirmação coletiva da identidade da Marinha Grande, que, nesta sua vertente, não se insere nas atividades normais da ação camarária.

No entanto, para que seja possível a implementação das ações que se inserem nas Comemorações do Centenário é imprescindível dotar o mapa de pessoal de meios humanos que permitam um desempenho de excelência.

Nesta medida justifica-se a contratação a termo resolutivo para o desenvolvimento do projeto das Comemorações do Centenário.

A opção de contratação a termo resolutivo coincidente com a preparação e implementação do programa das Comemorações do Centenário, abrangendo exclusivamente esse período.

Os postos de trabalho propostos correspondem ao perfil e funções imprescindíveis à execução das funções inerentes à execução do programa das Comemorações e garantem o nível visado e a ambição colocada neste projeto.

Neste sentido, considerando a necessidade de desencadear todos os meios necessários à abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de pessoal a termo, deve o mapa de pessoal para o ano de 2016 ser ajustado.

A descrição dos postos de trabalho a criar é a seguinte:

44 – A: Produção de eventos; produção e gestão de conteúdos de divulgação de atividades e eventos; dinamização de iniciativas municipais; cobertura de atividades municipais.

44 – B: Acompanhamento e secretariado de atividades e eventos; produção de materiais gráficos e de conteúdos de apoio aos eventos municipais.

De referir, que a presente alteração não aumenta a despesa com pessoal, porquanto a dotação necessária à contratação será utilizada por contrapartida da verba disponível referente aos trabalhadores que deixaram de prestar funções no decorrer do ano, devendo ser suprimido o posto de trabalho 30 e um dos lugares do posto de trabalho 37.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e os artigos 33.º, n.º 1 alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2016, em anexo (Anexo 1).**

**Esta deliberação foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Sou claramente favorável ao reforço da equipa. Penso que o que está a fundamentar esta alteração do mapa de pessoal se centra no propósito de assinalar de forma diferenciada o centenário de 20 de janeiro de 2017, onde se assinala o centenário da restauração do concelho da Marinha Grande.*

*Contudo, nenhum gabinete de comunicação e imagem de um Município com a dimensão do nosso pode funcionar bem com tão escassos recursos. 2 Recursos humanos, um de design e outro de comunicação, por muito excepcionais que possam ser, são manifestamente poucos para aquilo que seria o ideal de comunicação que este Município devia ter."*

**Os Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho proferiram a seguinte declaração de voto:**

*"Tal como em todas as atividades da Câmara, também na área do pessoal devem existir critérios muito objetivos no que concerne às necessidades mais urgentes do Município. Nesta ordem de ideias temos a certeza que a contratação destes dois novos colaboradores não corresponde às necessidades mais sentidas e mais urgentes.*

*A actual situação organizacional de pirâmide invertida ainda mais se acentua com estas novas contratações.*

*O grande reforço do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande tem de ser em pessoal operativo, pois é aí que se sentem diariamente as carências em termos da resolução das reais necessidades dos municípios.*

*Esta decisão agrava a atual incongruência da estrutura organizacional da Câmara.*

*Por isso o nosso voto contra."*

**O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votei favoravelmente esta proposta porque as unidades a admitir é por contrato resolutivo a termo certo, para uma situação de acréscimo de trabalho em resultado dos fundamentos da própria deliberação – centenário da cidade, e porque virá reforçar a necessidade de promoção e divulgação das potencialidades do nosso território."*

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira subscreveu a declaração de voto do Sr. Presidente e acrescentou:**

*"Subscrevo a declaração de voto, lembrando o que o Sr. Presidente ainda há pouco referiu nesta reunião, que está em fase final concursal para cinco postos de trabalho para pessoal operativo."*

**20 - MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**

**Sobre este assunto verificaram-se algumas intervenções.**

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que uma vez que estamos a celebrar a minuta de contrato com a PORC, quer dizer que já foi aprovado o que está referido no Anexo III, no montante de 6,8 M€. Questionou:

O que ficou de fora da candidatura da Câmara ao PEDU que tinha sido no montante de 11,1 M€.?

O Projeto Demonstrativo e o Projeto de Disseminação não foram aprovados? E a reabilitação de espaço público para o mercado ao ar livre?

Se julgamos estes projetos importantes e não foram considerados, o que pensa a Câmara fazer?

Podemos ver a localização exata do mercado municipal proposto no PEDU, nos atuais edifícios do parque de máquinas do Município. Ora esta zona que não é regeneração urbana, o que contraria o conceito do PEDU. Questionou:

Se há algum parecer que nos indique se o mercado pode ser feito nestas circunstâncias integrado no PEDU?

Recordou, no caso de o mercado ser feito no parque de máquinas dos estaleiros, que recentemente foram feitas (ou estão a ser feitas) obras na substituição dos telhados dos edifícios dos estaleiros, pelo montante de € 139.495,13. Esta aprovação quer dizer que se irão fazer obras naquilo que recentemente foi requalificado?

O **Sr. Presidente** esclareceu que houve negociação com a CCDRC e que se baixaram alguns valores. Referiu que um edifício novo de raiz não é financiado no PEDU, porque tem de ser reabilitação, mas esta verba pode vir a ser realocada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não faz sentido assinar o contrato sabendo que o mercado já não pode ser ali, e questionou se for ali feito para onde vão os estaleiros.

O **Sr. Presidente** disse que os estaleiros vão para a Garcia, e que isto foi para ver se a verba vinha. Se vier, pode ser realocada a outros projetos de reabilitação urbana.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que continua sem perceber. Se a CCDD nos veio visitar, tal como aconteceu noutros municípios, e tínhamos esta intenção, porque é que se vai assinar um contrato que já se sabe que não é assim? Porque é que não se altera já?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que está cada vez mais confuso e que não percebe como é que se vai aprovar uma minuta de contrato quando as coisas não estão perfeitamente definidas. Louva a boa vontade do Sr. Presidente para que venham fundos, mas não entende. Pessoalmente irá dar o seu voto de confiança no Sr. Presidente, mas na certeza de que vai votar no escuro.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que o Sr. Presidente, logo que possa, deverá dar os esclarecimentos pedidos.

**Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:**

315 - Presente Minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e o Município da Marinha Grande, que têm por objeto a definição das condições, procedimentos, prazos e demais obrigações aplicáveis no relacionamento entre ambas as entidades, no âmbito do exercício das competências de gestão a delegar.

Considerando que no âmbito do Acordo de Parceira e dos Programas Operacionais, os Municípios que correspondem a centros urbanos de nível superior são considerados como Autoridade Urbana no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Considerando que em reunião de 16 de maio de 2016 foi aprovado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro a candidatura de “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Marinha Grande”.

Considerando que foi remetido pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro a minuta de contrato de delegação de competências, na medida em que o Município da Marinha Grande, para este efeito, se constitui como Autoridade Urbana.

**A Câmara Municipal, tendo em conta o exposto, delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1 alínea r) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e o Município da Marinha Grande, que se dá por reproduzida.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - PROTOCOLO DE PARCERIA PARA O FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA JUVENIL DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2016/A/207 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.**

316 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a deliberação camarária de 12 de maio de 2016 na qual é proposta a celebração de um Protocolo de Parceria entre o Município da Marinha Grande e a Freguesia da Marinha Grande para o *“Funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande”*.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista a dotação de 26.985 euros para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação 2016/A/207 - Apoio às despesas de funcionamento corrente da Orquestra Juvenil da Marinha Grande.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais de 2016, não contempla a assunção da despesa tipificada pelo Protocolo de Parceria a celebrar.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

*“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

*2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.*

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à celebração de *“Protocolo de Parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande”* entre o Município da Marinha Grande e a Freguesia da Marinha Grande, até ao montante máximo de 26.985 euros (vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.**



**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Assunto discutido no início da reunião.

**23 - LOCALIZAÇÃO DO NOVO MERCADO MUNICIPAL - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

O **Sr. Presidente** informou que se vai dar início ao processo de participação pública da localização do mercado municipal.

Pretende-se um debate aberto e plural, de modo a obter uma posição consensual, que assentará num modelo de interação com os interessados, através de reuniões e utilização de meios interactivos.

Far-se-á a auscultação de várias opiniões de todos os interessados, e serão consultadas as freguesias da Moita e da Marinha Grande, que são aquelas que serão servidas por esta infraestrutura municipal.

A proposta da Câmara Municipal será depois remetida à Assembleia Municipal.

Pretende que a divulgação se faça entre junho e julho, com duas localizações em cima da mesa: zona dos estaleiros e o local atual.

O **Sr. Vereador António Santos** perguntou o que se vai ter em atenção para a decisão?

O **Sr. Presidente** disse que será a opinião das pessoas.

O **Sr. Vereador António Santos** perguntou como se mede essa opinião?

O **Sr. Presidente** disse que será com inquéritos, tendo o **Sr. Vereador António Santos** referido que quando se fala assim é porque não se quer fazer nada.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou: o porquê dos meses de junho e julho, se o projeto está feito e para quando o início das obras?

O **Sr. Presidente** disse que será no final do ano ou início do ano que vem. Este ano não lhe parece que seja possível ter obra. Garantiu que todas as opiniões que forem expressas serão trazidas à Câmara, que é a quem compete tomar a decisão.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que estando já aprovado o PEDU, que diz que o mercado municipal será na área dos estaleiros, qual a razão para agora se discutir a localização? Havendo verba para a localização nos estaleiros, se a opinião do povo for no sentido de outra localização, não se irá depois ouvir dizer que perdemos uma verba de 2 milhões de euros?

O **Sr. Presidente** disse que não, até porque já informou que não há verba para edifícios novos. Contudo, não iremos perder a verba destinada à regeneração urbana.

#### **24 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **8.095.368,65€** (oito milhões, noventa e cinco mil trezentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

#### **25 - REQ. N. 733/16, DATADO DE 09/05/2016 – PC N.º 167/16, DATADO DE 09/05/2016 – INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**

317 - Presente pedido com o registo n.º 733/16, datado de 09/05/2016, relativo ao pedido de informação prévia para **instalação de um campo de jogos sintético** nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 4128, 4694 e 995 e inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 160 e 157, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 167/16, com data de entrada de 09/05/2016, apresentado por **INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE**, com o NIPC 501 254 242, com sede em Vieira de Leiria no estádio Albano Tomé Feteira – ap 39, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 24/05/2016, que atesta ser viável, nas condições apresentadas, a instalação, no terreno em causa, de um campo de jogos sintético com as dimensões constantes do pedido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**Informar, nos termos do artigo 16.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, ser viável a instalação de um campo de jogos sintético nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 4128, 4694 e 995 e**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
25/05/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4339 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 160 e 157, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 167/16, com data de entrada de 09/05/2016, apresentado por INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE, com o NIPC 501 254 242, com sede em Vieira de Leiria no estádio Albano Tomé Feteira – ap 39, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, devendo o respetivo processo de comunicação prévia a apresentar ser elaborado e instruído nos termos do disposto na legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

318 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião